

ESPELHO DE CORREÇÃO

X EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito Constitucional (10 pts)	
A ADPF é cabível contra qualquer “ato do Poder Público” (art. 1o, caput, Lei 9.882/1999),	5,0
inclusive “lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal,	2,5
incluídos os anteriores à Constituição” (art. 1o, parágrafo único, inciso I, Lei 9.882/1999).	2,5

X EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito Administrativo (10 pts)	
Em regra, as empresas públicas e sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico de direito privado (art. 173, § 1º, II, da Constituição).	2,5
Sociedade de economia mista prestadora de serviço público não concorrencial está sujeita ao regime de precatórios (art. 100 da CF/88) e, por isso, impossibilitada de sofrer constrição judicial de seus bens, rendas e serviços,	5,0
em respeito ao princípio da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF/88) e da separação funcional dos poderes (art. 2º c/c art. 60, § 4º, III). (ADPF 275)	2,5

X EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito Processual Civil (10 pts)	
Por se tratar de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em tese, são cabíveis os seguintes recursos: embargos de declaração, recurso especial e recurso extraordinário.	5,0
O <i>prequestionamento</i> é um dos requisitos exigidos pelo texto constitucional para admissão do recurso especial e do recurso extraordinário.	2,5
Trata-se de exigência de prévio debate da questão nos tribunais de justiça estaduais ou tribunais regionais federais, ou seja, o assunto deve ter sido enfrentado pelo tribunal de origem.	2,5

X EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito Tributário (10 pts)	
É entendimento pacífico na doutrina e nos tribunais superiores que as decisões favoráveis à Fazenda Pública podem ser objeto de discussão e revisão no âmbito do Poder Judiciário.	5,0
Em relação às decisões administrativas contrárias à Fazenda Pública existe divergência doutrinária e jurisprudencial, sendo que os defensores dessa possibilidade admitem a sua revisão judicial quando houver grave lesão ao patrimônio público por violação ao princípio da legalidade, diante de erro de fato ou com vício de dolo, fraude, simulação ou coação, respeitado o prazo prescricional de cinco anos.	2,0
Essas decisões podem ser desafiadas judicialmente por meio de ações próprias, denominadas de antiexacionais, como mandado de segurança, ação anulatória de débito fiscal, ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, ação de repetição de indébito, ação de consignação em pagamento e embargos à execução fiscal.	3,0

X EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito e Processo do Trabalho (10 pts)	
Não. O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 485, decidiu que verbas estaduais não podem ser objeto de bloqueio, penhora ou sequestro para pagamento de valores devidos em ações trabalhistas,	5,0
ainda que as empresas envolvidas tenham créditos a receber da administração pública estadual.	2,0
Ainda de acordo com a Suprema Corte, conforme se extrai do julgado, tais atos constritivos praticados pela Justiça do Trabalho violam os princípios do contraditório, da ampla defesa, do juiz natural, do sistema de precatórios, da legalidade orçamentária, da separação de poderes, da eficiência da administração pública e da continuidade dos serviços públicos. (ADPF 275)	3,0